

DIVERSIDADE SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÃO E ATITUDES DOS EDUCADORES¹

Jordana de Almeida Nogueira*
Sandra Aparecida de Almeida**

RESUMO

O presente estudo constitui-se de uma pesquisa qualitativa feita com o objetivo de analisar a percepção e as atitudes dos educadores do Ensino Fundamental quanto à diversidade sexual no cenário escolar. Elegeu-se o Grupo Focal como técnica de investigação, tendo participado vinte e três educadores de duas escolas públicas de Cajazeiras-PB. O material empírico obtido foi submetido à técnica de análise de conteúdo, modalidade temática. A suposta tranquilidade com que alguns educadores aceitam comportamentos homoafetivos esconde uma diversidade de práticas e sentimentos. A postura do educador volta-se para re(orientar) a criança/adolescente, atribuindo à orientação sexual desse indivíduo a condição de doença e/ou desvio do comportamento. As condutas revestem-se de penalizantes insistências sobre que formas de masculinidade e feminilidade devem ser estabelecidas como rigidamente opostas, reforçando o paradigma heteronormativo e convocam à reflexão sobre as consequências e prejuízos da intolerância social, sinalizando que o enfrentamento da discriminação fundamenta-se na adoção de políticas públicas que defendam a igualdade de direitos e respeito à diversidade sexual.

Palavras-chave: Comportamento Sexual. Educação Sexual. Sexualidade. Homossexualidade.

INTRODUÇÃO

Na defesa dos direitos humanos, grupos organizados como homossexuais, HIV soropositivos, organizações não governamentais (ONGs) e a sociedade civil vêm se mobilizando e solicitando ampliação das discussões que envolvam sexualidade/gênero. Reconhecendo essa demanda social, programas e projetos governamentais vêm ampliando e legitimando socialmente a importância de estruturar debates e ações sobre sexualidade considerando as diferentes dimensões relacionais.

As preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero não são novas no espaço escolar. No Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1980 elas começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola⁽¹⁾.

Concebe-se que a escola caracteriza-se como um espaço privilegiado para inclusão de ações que promovam a discussão sobre identidades

sexuais, igualdade entre os gêneros e diversidade sexual. Além disso, o desenvolvimento de trabalhos que discutam a homofobia, em especial dentro do espaço da sala de aula, pode contribuir para a produção de outras identidades e para a minimização do preconceito.

Destaca-se, não obstante, que a tendência da escola neste terreno é “evitar ou relegar as discussões sobre sexualidade e diversidade sexual e de gênero para a esfera da saúde”, direcionando o foco da atenção para aspectos da saúde sexual e reprodutiva⁽²⁾. No senso comum, o sexo é classificado, categorizado e avaliado dentro do padrão de normalidade, ancorando-se na noção heteronormativa, a qual classifica o “bom” e “mau” sexo de acordo com sua utilização, ou seja, o “bom” sexo é aquele que é realizado dentro da instituição social do casamento e para reprodução da sociedade – sociogênese^(3,4).

Nesse cenário de “normalidade”, tudo o que foge a essa “regra” é classificado como “anormal”, “doentio”, “desviante”; tem-se, portanto uma ciência sexual que naturaliza a

1 Artigo originado do Projeto “Re(pensando) a sexualidade e suas singularidades: desafios e possibilidades no contexto escolar de Cajazeiras – PB”, realizado com o apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional AD/BRA/03/H34 firmado entre o Governo Brasileiro e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime

* Enfermeira. Doutora. Professora do Departamento de Enfermagem Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa-PB. E-mail: jal_nogueira@yahoo.com.br

** Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Professora da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança (FACENE). Nova Esperança- PB. E-mail: sandra_almeida09@yahoo.com.br

heterossexualidade compulsoriamente⁽⁴⁾. Fixam-se e legitimam-se separações no nível do desejo ou atração sexual, analisando-se o comportamento sexual a partir da identificação de “doenças”, “anomalias” e “perversões”. Nesta direção a homossexualidade seria produto de uma espécie de “inversão sexual, portanto “anomalia”⁽⁵⁾.

Estudo realizado pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) sobre os valores sociais dos professores mostrou que, embora concordem com a introdução no currículo de temas contemporâneos como prevenção ao uso de drogas, saúde reprodutiva e violência, muitos ainda tratam a homossexualidade como depravação, doença e deturpação moral, contribuindo, por meio do silêncio, omissão ou posturas negligentes em relação aos insultos e aos maus-tratos, para a reprodução da violência associada à homofobia⁽²⁾.

Manifestações homofóbicas consistem em designar o outro arbitrariamente como contrário, inferior ou anormal. A concepção irredutível sobre “ser diferente” atribuí ao outro um lugar fora do universo comum dos humanos⁽⁶⁾. A homofobia se expressa por meio de reprovação, cujo alvo são pessoas que não estejam ajustadas às expectativas sociais relativas a gênero e sexualidade⁽⁷⁾.

Alguns estudos⁽⁷⁻⁹⁾ têm mostrado como a homofobia se manifesta no ambiente escolar, remetendo à família, à direção das escolas e ao papel do professor em sala de aula a condição de importantes atores para a promoção e valorização da diversidade sexual e o combate à homofobia e ao preconceito em suas diversas esferas.

Ante a complexidade que envolve a temática, reconhece-se a necessidade de lançar mão de algumas ferramentas que viabilizem melhor compreensão das dificuldades percebidas/sentidas no cotidiano do educador. Este estudo propôs-se a analisar a percepção e atitudes dos educadores do Ensino Fundamental ante a diversidade sexual no cenário escolar.

METODOLOGIA

O estudo, de natureza qualitativa, envolveu 23 professores de duas escolas públicas de

Ensino Fundamental de Cajazeiras-PB. A seleção dos estabelecimentos escolares foi precedida de diagnóstico e avaliação dos gestores locais, por situarem-se em regiões com elevado índice de violência, uso de drogas e prostituição.

Foi solicitada à direção dos estabelecimentos de ensino uma lista nominal dos professores com os respectivos contatos (fone/e-mail) e turnos de trabalho. De posse desta listagem definiu-se que todos os professores efetivos seriam convidados a participar da pesquisa, excetuando-se aqueles que se encontrassem afastados de suas atividades.

Esleveu-se o Grupo Focal (GF) como técnica de investigação, cujo critério de organização fundamentou-se na composição de grupos de professores que compartilhassem o mesmo local de trabalho. Isso favoreceu os relatos de experiências, necessidades, valores e crenças - portanto, a própria discussão temática.

Na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Galdino Pires Ferreira todos os professores (quinze) manifestaram interesse em participar. Sabendo-se que o recomendável para cada grupo focal seriam quatro a doze participantes, definiu-se que neste estabelecimento seriam realizados dois encontros: grupos A (oito professores) e B (sete professores). Na Escola Municipal Maria Guimarães Coelho, do efetivo de dezesseis professores, apenas oito participaram (Grupo C), pois os demais alegaram não ter disponibilidade de horário em virtude de outros vínculos empregatícios. Assim foram realizados três grupos focais. O agrupamento dos participantes efetuou-se com base na compatibilidade do turno de trabalho e na liberação da direção da instituição escolar.

Os encontros foram realizados em ambiente externo ao estabelecimento escolar, em dias e horários previamente agendados. Os grupos tiveram duração média de duas horas e trinta minutos e contaram com a presença de um moderador, um relator e um observador. A formação em círculo permitiu a interação face a face, o bom contato visual e ainda, a manutenção de distâncias iguais entre todos os participantes, estabelecendo o mesmo campo de visão para todos os presentes.

Cada encontro foi dividido em cinco momentos interdependentes, mas complementares: apresentação dos objetivos da pesquisa e funcionamento do grupo; leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e anuência mediante sua assinatura; apresentação dos integrantes; discussão do tema proposto; e finalização. Neste último momento o relator realizava a leitura da síntese do ocorrido na reunião, segundo suas observações e anotações, e retomava às questões debatidas para que todos estivessem cientes do conteúdo produzido naquele encontro e reiterasse algumas considerações, se o desejasse.

Os depoimentos foram gravados com a aquiescência do grupo, transcritos e examinados. Os dados foram analisados com base na técnica de Análise de Conteúdo, modalidade temática⁽¹⁰⁾, compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação. Esta conformação permitiu eleger duas unidades temáticas: “Diversidade sexual no contexto escolar: concepções e anseios” e “Atitudes e preconceito/discriminação com a diversidade”.

Para facilitar a apresentação dos resultados e manter o sigilo quanto à identidade dos sujeitos, foi atribuído um número sequencial a cada participante, diferenciando-os quanto ao grupo (A1, A2, A3..., B 1, B2..., C1, C2...). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 30/05/2007 sob o Protocolo n.º 1075.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados e discutidos segundo as unidades temáticas: “Diversidade sexual no contexto escolar: concepções e anseios” e “Atitudes e preconceito/discriminação com a diversidade”.

Diversidade sexual no contexto escolar: concepções e anseios

Com o propósito de entender a concepção dos professores acerca da diversidade sexual, buscou-se identificar nos discursos elementos que pudessem expressar o modo como sentem e reagem em relação às manifestações homoafetivas presentes no cotidiano escolar.

Observa-se nos fragmentos das falas um pronunciamento “naturalizante” no tocante à orientação sexual de alguns alunos.

[...] eu não tenho nenhum preconceito não [...] tem que tratar com naturalidade [...] acho normal [...] cada um segue aquilo que quer, que gosta [...] (A1).

[...] a gente sabe que a homossexualidade é uma coisa que a gente tem que se habituar [...] particularmente não tenho preconceito, tanto faz eu ver como não ver [...] (B7).

A suposta “tranquilidade” com que se aceita a homossexualidade denota uma heterogeneidade oculta de sentimentos expressos nos discursos:

[...] cada um segue aquilo que quer [...]; [...] tem que se habituar [...]. Percebe-se uma aparente aceitação quanto à liberdade do “outro” em exercer sua sexualidade como bem desejar; um componente afetivo orientado ao conformismo, identificado e mantido pela lógica heteronormativa. Nota-se ainda um direcionamento restrito/indiferente, pautado na invisibilidade [...] tanto faz eu ver como não ver[...].

Os sentimentos manifestos trazem à tona valores internalizados que se assentam na construção “naturalizada” da homossexualidade. Cumpre considerar que a “aquisição histórica” de que a organização social é determinada por um tipo de família cuja é um casal heterossexual, monogâmico e preferencialmente legítimo⁽⁴⁾, choca-se constantemente com outras possibilidades humanas de expressão sexual e perpassa por significados culturais que demarcam as fronteiras simbólicas do que é socialmente esperado em relação a gênero e sexualidade.

Assim, guiados por concepções hegemônicas e heterossexistas, acredita-se existir uma cisão bastante clara e básica entre as identidades sexuais: haveria os “normais” e os “anormais”, “saudáveis” e “doentes”.

[...] em minha opinião é de direito amar [...] (B1).

[...] tem um aluno homossexual não sei se por escolha ou genético [...] ele está levando dois coleguinhos de 10 anos a esse caminho, antes da aula começar nós percebemos que quando eles chegam sem brincadeira eles estão doentes [...] (C6).

[...] da genética ter condenado ao pobre de ter a voz mais fina [...](A4).

Durante algum tempo o homossexualismo foi caracterizado como “doença”. O sufixo “ismo” refere-se a anormalidade, algo patológico. Assim, todo indivíduo com condutas homossexuais deveria ser submetido a intervenções terapêuticas para se “curar” de tal patologia. Em 1869 o homossexualismo foi assim denominado para caracterizar um comportamento “desviante” entre pessoas do mesmo sexo. No século XX este termo passa por uma ressignificação, sendo mais aceito o termo homossexualidade, uma vez que com o sufixo *dade*, do latim, que significa qualidade de, faz referência a um tipo de orientação sexual, ou seja, a uma possibilidade das pessoas viverem a sexualidade e seus prazeres⁽¹¹⁾. Os fragmentos das falas [...] tem um aluno homossexual não sei se por escolha ou genético [...]; [...] eles estão doentes [...], demonstram visões arraigadas nas concepções biomédicas, que expressam construtos culturalmente constituídos, fixos e imutáveis que condicionam posicionamentos anacrônicos, o que pode influenciar as condutas dos educadores.

Esse essencialismo sexual é entendido dentro de uma perspectiva que pensa o “sexo” como uma força natural que existe antes da vida e de instituições, considerando-o como imutável, não social e transistórico. A medicina, a psiquiatria e a psicologia há mais de um século classificam o sexo como próprio dos indivíduos, podendo residir nos hormônios ou na psique. Dentro dessas categorizações a sexualidade não teria história ou outros determinantes sociais significativos⁽³⁾.

[...] se a escola e a família identificarem uma situação diferente (voz fina, brincadeiras com meninas, rebolado, predileção para as “coisas de mulher”) com seus alunos/filhos, deveriam se unir para re(orientar) a criança/adolescente [...](A4)

[...] tem uma menina que ela tem jeito de homem mesmo, aí ela fica dizendo que tão chamando ela de Ana Machado. Aí eu disse: “Que tal você vestir mais menininha, botar um prendedor no cabelo, uma saíinha, uma roupinha mais de menina?” Aí ela começou a mudar [...](C5).

[...] lá na escola às vezes colocam na cabeça que são sapatão, [...] não, eu digo assim: você não é sapatão, é mulher [...](B6).

[...] tem uma menina que, é tanto que ela usa muita roupa masculina, e eu, de tanto conversar ela tá usando umas roupas mais diferentes, agora ela usa short grudadinho [...](C2).

[...] outro dia um aluno novato chegou com uns brincos [...] e disse: “Olha, professora, os meus brincos” [...] então tive que tratar com naturalidade [...](B7).

A análise das representações contidas nas falas deixa transparecer o anseio dos educadores quanto à distinção binária de categoria homem/mulher, tendo por norte a anatomia e os adereços que caracterizam e diferenciam o masculino e o feminino. Essas construções socialmente determinadas pautam-se no desejo de que homens e mulheres se vistam e se conduzam de modos diferentes na sociedade, apontando uma visão estereotipada do gênero, pautada no determinismo biológico. No entanto, o gênero constitui um aparato de construção cultural, que define a construção social do “sexo”⁽⁵⁾.

É interessante destacar que a imagem em torno do corpo aloja um posicionamento linear dos sujeitos [...] mulher se enfeita, usa prendedor, roupas grudadas [...]; [...] homem não usa brinco [...], cujos valores são determinados pela representação das identidades sexuais.

Caracterizar a humanidade dividida em hetero e homossexuais, correspondente a normal/patológico, transforma as vivências da experiência sexual em desvio de personalidade, levando aqueles que se identificam como homossexuais a se esconderem e se refugiarem no silêncio⁽¹²⁾. Especialmente no espaço da escola, onde se trabalha na produção dos corpos e das identidades, negar a homossexualidade dentro da sala de aula faz com que jovens *gays* e *lésbicas* só se reconheçam como “indesejados/as”⁽¹³⁾.

Ao conceber a identidade heterossexual como normal e natural, nega-se que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma construção social, que toda identidade esteja sempre em processo, portanto nunca acabada, pronta, ou fixa. Pretende-se que as identidades sejam em algum momento mágico-congeladas^(13:140-1).

O papel do educador não é impor a conformidade a um determinado padrão de comportamento, mas sim, adaptar novos conhecimentos, estimular questionamento do que se sabe e proporcionar um intercâmbio de opiniões que leve a decisões individuais. O educador deveria oferecer o crescimento através da busca da verdade⁽¹⁴⁾.

Para alguns autores^(5,13,15) não há uma única verdade sobre o que é homossexualidade.. As identidades homossexuais ainda estão em formação e, assim como qualquer identidade, são mutáveis, passíveis de mudança constante. No entanto, para o senso comum, é compreensível que uma pessoa mude a sua identidade profissional, ou mesmo a sua identidade de classe social, porém a sua identidade de gênero e a sua identidade sexual são consideradas imutáveis/estáticas, por isso o ideário normatizado da identidade “heterossexual” cria mecanismos de exclusão e estigmatização das identidades sexuais não hegemônicas.

Atitudes, preconceito/discriminação com a diversidade

Os preconceitos referem-se às percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados; e “a discriminação designa a materialização, nas relações sociais, de atitudes arbitrarias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos”^(16;54).

[...] temos alunos que não aceitam [...] tive que conversar com eles sobre homossexualismo masculino e feminino. [...] estavam chamando um aluno daqueles nomes [...] Viadinho, mariquinha [...] mulherzinha [...] esses nomes [...] não pode ter preconceito por causa da opção, mas a gente vê que existe mais preconceito com a homossexualidade feminina [...] (A5).

[...] olha é ‘viado’ [...] Tia, ta dando a bunda [...] tem uns que chegam com um palavreado, cada palavra, que Deus do céu [...] já aprendi tanta palavra [...] (A4).

[...] se for preciso, encaminhá-lo ao médico [...] (B1).

[...] eu falei prá ele que eu tinha nada contra, mas que ele precisava ter caráter perante a sociedade, independente da escolha que ele fez [...] (B7).

Os depoimentos apresentam a situação de discriminação sofrida por alguns alunos, que são alvo de piadas, ridicularização e constrangimento, por não se enquadrarem nas representações da sexualidade tida como normal, ou seja, a heterossexual; no fragmento [...] olha é ‘viado’ [...] Tia, ta dando a bunda [...], o que se nota nessa representação é que o menino mencionado é tido como homossexual, portanto, categorizado como anormal. Neste sentido, a normalização através da comparação, da hierarquização, da diferenciação, da homogeneização, da exclusão produz um padrão que define o normal⁽¹⁷⁾. Nesta direção concebe-se que a força da identidade normal é tão forte que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como *a* identidade⁽¹⁸⁾.

Inúmeras são as situações de comportamentos homofóbicos relatadas em pesquisas, sugerindo a análise de um padrão de masculinidade regido por estereótipos e pelo medo ao estranho⁽⁵⁾. Ambientes escolares e religiosos apresentam alto grau de intolerância à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, configurando-se como espaços e discursos de formação social e moral determinantes da exclusão social e geradores de sofrimento em decorrência do preconceito e da discriminação^(5,9).

Estudo realizado pela Unesco⁽⁹⁾ abrangendo distintas dimensões da vida sexual dos jovens no espaço escolar confirma a prática de homofobia na postura de discriminação violenta contra os homossexuais. Em seis capitais, incluindo São Paulo, mais de 40% dos rapazes disseram que não gostariam de ter colegas homossexuais e, boa parte destes jovens declara, além do preconceito, certa altivez ao agirem com hostilidade e violência quando se trata do campo das homossexualidades. A pesquisa indica que, embora presente, o preconceito em relação à homossexualidade feminina cai quase pela metade, oscilando em percentuais na média entre 22,6% a 30%.

Além do ambiente escolar⁽¹⁹⁾, o núcleo familiar é um dos espaços sociais em que os homossexuais mais sofrem rejeições.

[...] temos um caso de um rapaz que quer ser mulher [...] o médico acompanhou no posto, a mãe dele não aceita que ele queira ser, ele quer ser, mesmo que, assim, só pra questão de aparecer [...] (B6).

[...] o pai normalmente ele não quer, a gente sabe que eles não têm condições e nem consciência de procurar ajuda especializada para ajudar o filho, no caso um psicólogo, fazer uma análise [...] por isso temos que pelo menos conscientizá-los que, pra eles pode nem ser normal, mas que se eles aceitarem vai doer menos [...] (B8).

Os depoimentos deixam transparecer nitidamente o conceito “naturalizados” por meio do processo socializador: a crença de que o homossexual deve ser patologizado e categorizado pela ciência biomédica, operando em uma lógica linear do entendimento da sexualidade. Existe atualmente certa consonância nas ciências a respeito de a orientação sexual ser constituída de pelo menos três dimensões: desejo, comportamento e identidade; e de que estes aspectos não têm necessariamente um mesmo percurso, por isso não se deve pressupor ou julgar uma conexão direta e necessária entre essas dimensões⁽⁷⁾.

A ausência de um entendimento ampliado a respeito da sexualidade pode vir a produzir rejeições automatizadas e, em decorrência, ocasionar consequências penosas para o indivíduo homossexual, que se sente culpado, causador de “dor” e vergonha aos pais e parentes. Questões relativas à sexualidade geralmente são abordadas considerando-se um trajeto no qual o erotismo conduza à consumação do encontro heterossexual. Isso reforça a norma que transporta à potencialidade reprodutiva seja da espécie, seja dos valores dominantes. Os que fogem à norma heterossexual vinculada à reprodução-constituição familiar serão ignorados, silenciados e marginalizados⁽²⁰⁾.

A compreensão de que a sexualidade e a homossexualidade são uma construção social ajudaria a pessoa e a sociedade a melhor aceitar os seus desejos e evidentemente a buscar referências sociais positivas para a construção de sua própria identidade. Superar as desigualdades pressupõe, assim, compreender o caráter social de sua produção, a maneira como nossa sociedade opõe, hierarquiza e naturaliza as diferenças entre os sexos, reduzindo-as às características físicas tidas como naturais e, conseqüentemente, imutáveis. Implica perceber que esse modelo único de sexualidade é difundido e reforçado pelas explicações oriundas das ciências biológicas assim como pelas

instituições sociais, como a família e a escola, que omitem o processo de construção dessas preferências, sempre passíveis de transformações⁽²⁰⁾, não sendo, nessa perspectiva, de estranhar a existência da crença ainda permanente de que uma pessoa homossexual é imoral, promíscua e destinada à infelicidade.

A força da construção social da heteronorma ainda ancora posicionamentos que podem colocar em risco não somente os desejos, mas a própria construção de uma orientação sexual positiva para quem a vive, e à escola, enquanto campo de “saber”, resta agir no sentido de não deixar operar o “saber-poder”, instituindo e reforçando comportamentos discriminatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No universo pesquisado chama a atenção o construto hegemônico de que as manifestações homoafetivas caracterizam-se como um desvio de comportamento, legitimado pelo discurso da “anormalidade”. Se por um lado alguns educadores recomendam auxílio médico, outros reagem de modo preconceituoso, reforçando insistentemente condutas heteronormativas.

A isso se soma o posicionamento descompromissado e - por que não dizer? - “silencioso” que reforça a invisibilidade da homossexualidade no contexto escolar. Tais concepções em nada têm conseguido evitar os conflitos quanto à questão do exercício da sexualidade e da construção das identidades sexuais e muito menos tem feito com que os jovens exerçam sua sexualidade de forma saudável e prazerosa.

A diversidade existente exige do educador posturas mais abrangentes, sendo necessária a realização de projetos pedagógicos que se articulem com a realidade do entorno da escola e da comunidade em que esta se encontra inserida. O enfrentamento à discriminação vai exigir o reconhecimento de que a homossexualidade é uma entre as possíveis identidades sexuais. Isso significa trabalhar num processo de articulação e disseminação da informação de forma abrangente, incluindo toda a sociedade e seus representantes, como saúde, escolas, associações de pais e alunos, diretores, secretários de saúde e educação; mas, sobretudo, é preciso haver a capacidade de perceber as diversidades.

SEXUAL DIVERSITY IN THE SCHOOL CONTEXT: PERCEPTION AND ATTITUDES OF THE EDUCATORS

ABSTRACT

This is a qualitative study with the purpose of analyze perceptions and attitudes of primary school educators, regarding the sexual diversity in the school scenario. The Focus Group was applied to twenty-three educators of two public schools of Cajazeiras–PB. The obtained empiric material was submitted to the Technique of Content Analysis, thematic modality. The supposed tranquility which some educators accept homo-affective behaviors hides a diversity of practices and feelings. The posture of the educator is directed to re-(orient) the child/adolescent, attributing the sexual orientation of this individual as disease and /or deviation of behavior. The procedures are permeated with punitive insistence regarding which male or female forms should be established as rigidly opposite, reinforcing the hetero-normative paradigm. It calls to the reflection about the consequences and damage of the social intolerance, signing that the facing of the discrimination is founded in the adoption of public policies that defend the equality of rights and respect to the sexual diversity.

Keywords: Sexual Behavior. Sex Education. Sexuality. Homosexuality.

DIVERSIDAD SEXUAL EN EL CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPCIÓN Y ACTITUDES DE LOS EDUCADORES

RESUMEN

El presente estudio se constituye de una investigación cualitativa hecha con el objetivo de analizar la percepción y las actitudes de los educadores de lo Enseñanza Primaria en cuanto a la diversidad sexual en el escenario escolar. Se eligió el Grupo Focal como técnica de investigación, con veintitrés educadores de dos escuelas públicas de Cajazeiras – PB. El material empírico obtenido fue sometido a la técnica de análisis de contenido, modalidad temática. La aparente tranquilidad con que algunos educadores aceptan comportamientos homoafectivos, en realidad enmascara una diversidad de prácticas y sentimientos. La postura del educador se vuelve hacia un esfuerzo por re(orientar) al niño/adolescente, atribuyendo a la orientación sexual de ese individuo la condición de enfermedad y/o desvío de comportamiento. Las conductas se revisten de penosas insistencias sobre qué formas de masculinidades y femilidades que deben ser establecidas como rígidamente opuestas, reforzando el paradigma heteronormativo. Se llama la atención para la necesidad de una mayor reflexión sobre las consecuencias y prejuicios de la intolerancia social, señalando que el enfrentamiento de la discriminación está fundamentado en la adopción de políticas públicas que defiendan la igualdad de derechos y el respeto a la diversidad sexual.

Palabras clave: Conducta Sexual. Educación Sexual. Sexualidad. Homosexualidad.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Cadernos SECAD 4: Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília(DF); 2007.
2. Silva, FR, Nardi, HC. A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual. *Physis*. 2011; 21(1):251-65.
3. Piscitelli, A. Comentário. *Cad Pagu*. 2003; (21):211-18.
4. Foucault M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Graal. 13ª edição; 1988.
5. Rohden F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. *Cad Pesqu*. 2009; 39(136):157-74.
6. Mott L. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. *Rev Bagoas*. 2007; (1):61-75.
7. Junqueira R D. Aqui não temos gays nem lésbicas: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Rev Bagoas*. 2009; 3(4):171-89.
8. Ramos S, Carrara S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*. 2006; 16(2):185-205.
9. Castro MG, Abramovay M, Silva LB da. Juventudes e Sexualidade. Brasília (DF): UNESCO. Brasil; 2004. 412 p.
10. Bardin L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2008. 288p.
11. Sousa LB, Fernandes JFP, Barroso, MGT. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta Paul Enferm*. 2006;19(4):408-13.
12. Simpson CA, Miranda FAN, Mundo MMS, Azevedo DM. Trajetória de vida de um homossexual: entre o silêncio e a opressão. *Cienc Cuid Saúde*. 2007 out-dez; 6(4):424-32.
13. Louro GL. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educ rev*. 2007; (46):201-18.
14. Silva IO, Luz IR. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. *Cad Pagu*. 2010; (34):17-39.
15. Heilborn ML. Os três tipos de par, desde que sejam 1 + 1. *Rev Estud Fem*. 2008; 16(1):147-63.

16. Rios RR. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Junqueira RD (organizador). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO; 2009. p. 53-71.
17. Foucault M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999. Trad. Muchail ST.
18. Guizzo BS. Identidade de gênero masculinas na infância e as regulações produzidas na educação infantil. Rev Ártemis [Internet]. 2007; jun [acesso em 18 jun 2011]; 6:38-48. Disponível em: http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero6/artigos/artigo_04.pdf
19. Schulman S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Rev Bagoas. 2010;(5):67-78
20. Vianna C, Finco D. Meninas e meninos na educação Infantil: uma questão de gênero e poder. Cad Pagu. 2009;(33):265-83.

Endereço para correspondência: Jordana de Almeida Nogueira. Avenida das Falésias, s/n, Condomínio Village Atlântico Sul, casa A4, Ponta do Seixas, CEP: 58045-670, João Pessoa, Paraíba.

Data de recebimento: 30/07/2010

Data de aprovação: 31/09/2011